

O MUNDO DO TRABALHO, COMO OBJETO DO CONHECIMENTO, NO ENSINO ESCOLAR DA GEOGRAFIA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.3681725090610>

Data de aceite: 26/06/2025

José Maria Leite Botelho

Doutor em Educação. Professor
aposentado do Departamento de
Geografia da Universidade Federal de
Rondônia

RESUMO: A ciência geográfica busca entender como o trabalho transforma o espaço geográfico e produz relações políticas, econômicas e sociais diversas, que implicam modos de vida e de sociedades diferentes. No âmbito escolar, o ensino da geografia contribui para que os estudantes compreendam que, as transformações vivenciadas na sociedade são produzidas pelo modo capitalista de produção e por suas extensões nas políticas econômicas que influenciam as relações sociais do trabalho e alteram o modo de vida de pessoas, de grupos sociais e da própria sociedade. O presente artigo é resultado de reflexões teóricas mediado pela pesquisa bibliográfica e tem como objetivo central motivar reflexões a respeito da categoria trabalho, como objeto do conhecimento, no ensino escolar da geografia. Nesse sentido busca entender, como a Unidade Temática

Mundo do Trabalho se organiza na estrutura curricular da disciplina geografia; ressalta a importância do livro didático de geografia, como motivador de discussões e reflexões em torno da categoria trabalho; aponta critérios de seleção de obras didáticas para auxiliar professores de geografia, na adoção de um livro didático, que atenda às necessidades do ensino aprendizagem e colabore para a formação do pensamento crítico e político do estudante, em relação ao mundo do trabalho. Ressalta a importância do ensino escolar da geografia para a formação da cidadania do educando, auxiliando-o na elaboração de leituras diferentes da realidade, inclusas nas diversas dimensões da sociedade, que movimentam o pensamento e as discussões reais, em torno da política, da economia e do meio ambiente, entre outras, contribuindo para que, o educando se reconheça como participe no processo de transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Trabalho; Livro didático.

THE WORLD OF WORK, AS AN OBJECT OF KNOWLEDGE, IN SCHOOL GEOGRAPHY TEACHING

ABSTRACT: Geographical science aims to understand how work transforms geographic space and produces diverse political, economic and social relations, which imply different ways of life and societies. In the context of school education, it contributes to the understanding of social transformations produced by the capitalist mode of production and its extensions, in economic policies that influence the way of life and social relations of work. This article is the result of theoretical reflections mediated by bibliographical research and its main objective is to motivate reflections on the category of work, as an object of knowledge, in school teaching of geography. In this sense, it seeks to understand how the Thematic Unit World of Work is organized in the curricular structure of the geography discipline, highlighting the importance of the geography textbook as a motivator of discussions and reflections around the category of work. It points out criteria for selection and choice of didactic works to assist geography teachers in adopting a textbook that meets the needs of teaching and learning and collaborates in the formation of the student's critical and political thinking in relation to the world of work. It highlights the importance of teaching geography in schools for the development of citizenship among students, for the development of different interpretations of reality, including the various dimensions of society, which stimulate thought and real discussions, around politics, the economy and the environment, among others, contributing to the student recognizing themselves as participants in the process of transforming society.

KEYWORDS: Geography; Work; Textbook

EL MUNDO DEL TRABAJO, COMO OBJETO DE CONOCIMIENTO, EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA ESCOLAR

RESUMEN: La ciencia geográfica pretende comprender cómo el trabajo transforma el espacio geográfico y produce diversas relaciones políticas, económicas y sociales, que implican diferentes formas de vida y sociedades. En el contexto de la educación escolar, contribuye a la comprensión de las transformaciones sociales producidas por el modo de producción capitalista y sus extensiones, en las políticas económicas que influyen en el modo de vida y en las relaciones sociales de trabajo. Este artículo es resultado de reflexiones teóricas mediadas por investigación bibliográfica y tiene como objetivo principal motivar reflexiones sobre la categoría de trabajo, como objeto de conocimiento, en la enseñanza escolar de la geografía. En este sentido, se busca comprender cómo se organiza la Unidad Temática Mundo del Trabajo en la estructura curricular de la disciplina geografía, destacando la importancia del libro de texto de geografía como motivador de discusiones y reflexiones en torno a la categoría trabajo. Señala criterios para seleccionar y elegir obras didácticas que ayuden a los profesores de geografía a adoptar un libro de texto que satisfaga las necesidades de enseñanza-aprendizaje y contribuya a la formación del pensamiento crítico y político de los estudiantes en relación con el mundo del trabajo. Se destaca la importancia de la enseñanza de la geografía en la escuela para el desarrollo de la ciudadanía en los estudiantes, para el desarrollo de lecturas diferentes de la realidad, comprendidas en las diferentes dimensiones de la sociedad, que muevan el pensamiento y las discusiones reales, en torno a la política, la economía y el medio ambiente, entre otros, contribuyendo a que el estudiante se reconozca

como participante del proceso de transformación de la sociedad.

PALABRAS CLAVE: Geografía; Trabajar; Libro de texto.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo motivar reflexões a respeito da categoria trabalho, como objeto do conhecimento, no ensino escolar da geografia. Nesse sentido relembra que, a introdução do Trabalho, como categoria de análise, no âmbito da ciência geográfica, deu-se no início do século XX, a partir dos trabalhos de Camille Valaux, Renée Rochefort e Pierre George. A partir dos trabalhos de Pierre George e do movimento de renovação do pensamento geográfico positivista tradicional para o pensamento geográfico crítico essa categoria ganhou destaque nas ciências humanas e sociais, na política e na sociedade e na educação.

A contribuição dessa categoria de análise, para o ensino escolar da geografia, está relacionada a compreensão das transformações no modo de produção e de suas extensões como geradoras de políticas econômicas que, influenciam o modo de vida e as relações sociais do trabalhador com o mundo do trabalho. No âmbito da sala de aula o livro didático, enquanto recurso mais utilizado, muitas vezes tem negligenciado a contribuição sociológica dessa categoria para a observação e para a compreensão crítica dos impactos negativos nas relações socioespaciais dos trabalhadores com o mundo do trabalho e enfatizam mais a historicidade do modo capitalista de produção, os avanços tecnológicos e a concentração das atividades econômicas no espaço geográfico.

Este artigo justifica-se pela reflexão a respeito da importância da temática Mundo do Trabalho, no ensino escolar da geografia, como objeto do conhecimento, para a formação de competências e habilidades geográficas, formação de leitores críticos, facilitar a compreensão das categorias de análise de espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região e rede geográfica percebidas nas relações com o mundo do trabalho.

O texto deste artigo, além da introdução, conclusão e referências bibliográficas está organizado em quatro seções inter-relacionadas. A primeira faz um breve relato das concepções teóricas do trabalho como base da produção da materialidade e da imaterialidade do homem e enfatiza que, as mudanças no modelo de formação profissional estão relacionadas aos processos de reestruturação da economia mundial. A segunda aponta contribuições pedagógicas e didáticas da categoria trabalho, para o ensino escolar da geografia, para a compreensão das transformações socioespaciais e das relações sociais dos trabalhadores com o mundo do trabalho. A terceira caracteriza o Mundo do Trabalho, como uma unidade de ensino formadora de objetos do conhecimento, competências e habilidades geográficas. A quarta seção enfatiza a importância do livro didático para o ensino escolar da geografia e para a formação do pensamento crítico do estudante.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO MODELO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A história da humanidade, é uma história de lutas, de superação das adversidades temporais para garantir a sobrevivência da espécie. Quando a alimentação dependia da caça e esta era praticada com armas rudimentares, de pedra lascada, pedra polida, do arco e da flecha, o ato de caçar animais dependia, além da força física, da técnica, das habilidades e das destrezas dos caçadores. Dessa forma, os primeiros humanos garantiam a sua sobrevivência e a perpetuação da espécie, numa visão mais sociológica, sua própria produção e sua reprodução material.

Nesse processo histórico e social, o homem desenvolveu a capacidade de refletir, de criar técnicas de plantar, de domesticar animais e de criar instrumentos para facilitar a execução de tarefas e tornar o trabalho mais produtivo. Ao identificar a capacidade de produção dos trabalhadores transformou essa capacidade, em forças produtivas, aprendeu a intermediar as relações entre as forças produtivas e o modo de produção, chegando à divisão social do trabalho. Assim, o trabalho, como o conhecemos na atualidade, se desenvolveu com o sistema capitalista de produção, com o qual nasceram as formas de ocupação remunerada, como profissão e emprego, mas nasceram também relações sociais diferentes, conforme o modelo de produção.

Na atualidade da era da ciência, da tecnologia e da informação, a produção e a reprodução material do homem, se dá, precipuamente no campo do mercado de trabalho, que detém os meios de produção. Este, em nome do aumento da produtividade utiliza tecnologias de ponta, cada vez mais sofisticadas impondo ao homem moderno ou pós-moderno, uma competição sem precedente, por vagas de trabalho e emprego, em cujo contexto do mercado, a qualificação pessoal e profissional, as competências, as habilidades e as destrezas do trabalhador são os elementos indispensáveis.

O desenvolvimento das teorias sociológicas, transformou o trabalho em categoria de análise, cujo objetivo é compreender e explicar as relações sociais que se desenvolvem no mundo do trabalho. Pensadores clássicos como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber procuraram explicar as relações sociais do trabalho, a partir do desenvolvimento dos processos de industrialização e de urbanização, organizados em torno do modo capitalista de produção.

O alvorecer do modelo capitalista de produção promoveu a desarticulação das corporações de ofício e concomitante o modelo de formação profissional, que antes se dava nessas corporações, passou para a tutela do Estado, utilizando-se de processos de orientação vocacional. Desse modo, o modelo universal de qualificação profissional, para atender ao modo capitalista de produção passou a ser visto como uma forma de responder à ruptura do processo de formação realizado pelas corporações de ofício.

Botelho (2019; 2015) destaca que, o sistema de formação profissional que emerge posterior às corporações de ofício, tem como base, a qualificação profissional certificada pelo diploma, uma vez que, a posse do diploma dá ao seu detentor uma pretensa visão de totalidade, de garantia, de permanência e de sucesso na profissão. Para Zarifian (1994 p. 33 apud Roche), a “noção de qualificação, noção-chave na esfera do trabalho, apareceu desde os primórdios do pensamento econômico, com A. Smith (1723-1790), [...] retomada mais tarde pelo taylorismo”. Para Dugué (2004, p. 20), a noção de qualificação “retoma o papel regulador outrora exercido pelas corporações de ofícios, adaptando-o à sociedade industrial”.

Com o avanço das tecnologias e das técnicas de produção, o modelo de qualificação profissional perdeu credibilidade, face às transformações no modo de produção e nas funções do trabalho que geraram novas formas de empregabilidade da mão de obra. A formação profissional que tinha na certificação acadêmico-profissional sua principal referência, como qualificação do trabalhador, entrou em crise levando os setores de produção a pressionar os sistemas educativos para a formatação de um modelo de formação profissional que, sem abandonar o diploma, opere também no sentido de formar competências compatíveis com os novos postos e funções do trabalho (BOTELHO, 2015).

Roche (2004, p. 39) argumenta que, o deslocamento da qualificação para a competência, “se explicaria não apenas pelas mudanças dos conteúdos da atividade, mas também por uma perda de referências na definição dos postos de trabalho, em sua classificação e na remuneração que lhes corresponde”. Nesse contexto, o aprofundamento de processos de globalização da economia mundial e o alinhamento das políticas econômicas e sociais, ao ritmo da competitividade empresarial, culminou na adoção de estratégias de gerenciamento empresarial e de recursos humanos, fundamentadas na noção de competências.

Na perspectiva da formação acadêmica profissional, com base na noção de competências, os valores ou competências pessoais de autonomia, liderança, flexibilidade, gerenciamento de ideias, capacidade de adaptação em diferentes postos e funções próprias do trabalho; os valores ou competências interpessoais como a capacidade de trabalhar em equipe; e, os valores ou competências transversais associados aos traços da personalidade como otimismo, responsabilidade, integridade, senso de humor, entre outros, passaram a ser considerados essenciais tanto como facilitadores de ingresso quanto de permanência no mercado de trabalho.

No contexto das transformações no modo capitalista de produção e da formação profissional, os sistemas nacionais de educação foram compelidos, a adotar o modelo das competências, ora como resposta à crise da escola tradicional ora como forma de ajustar a educação ao mundo do trabalho e, dessa forma, responder às necessidades laborais dos estudantes.

A noção de competências, passou a ser amplamente utilizada pelos sistemas educativos e escolares brasileiros, a partir da reforma da educação implantada pela Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. A formação de competências que, inicialmente era orientada, para a preparação básica para o trabalho, com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa perspectiva cedeu lugar a processos de formação de competências e habilidades mais didáticas, sem, contudo, perder sua essência de aplicabilidade laboral.

O TRABALHO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

O trabalho, como categoria de análise geográfica, como destaca Menezes (2020) deu-se no início do século XX, a partir dos trabalhos de Camille Valaux, para quem a Geografia seria o estudo do trabalho humano; de Renée Rochefort, com o estudo sobre as relações e as condições de vida e trabalho dos sicilianos, publicado em 1961, considerado o primeiro estudo geográfico sobre as condições de vida e trabalho; e, de Pierre George, a partir do qual, o estudo da categoria trabalho ganhou maior destaque. Segundo o mesmo autor, Pierre George propôs uma Geografia do Trabalho, projeto que não chegou a se efetivar por uma série de limitações teóricas e epistemológicas que impossibilitaram o seu desenvolvimento.

De acordo com Castilho (2008, p. 65), a Geografia do trabalho é um campo do conhecimento que ressalta o papel do trabalho na produção do espaço “assume compromissos com a garantia da universalização do acesso a um trabalho que respeita a dignidade humana, sem os altos índices de exploração e precarização no âmbito das relações de trabalho”.

Esse autor, argumenta que,

o trabalho não se refere apenas à execução de tarefas em si, mas, ao mesmo tempo a: formação profissional; oportunidades de geração de empregos, ocupação e renda; investimentos públicos no setor; iniciativas empresariais; necessidades das pessoas etc. Enfim, refere-se ao conjunto dos elementos que, em sua totalidade, formam a estrutura sócio-espacial da vida humana, em permanente movimento (CASTILHO 2008, p. 65).

Nessa perspectiva, a geografia não se volta, apenas para entender, como a concentração e a evolução das atividades econômicas transformam o espaço geográfico, como a produção de bens de consumo e serviços, a tecnologia e a mão de obra especializada produzem transformações nas relações socioespaciais dos trabalhadores com o mundo do trabalho.

Segundo Menezes (2020), o trabalho, na geografia, tem sido abordado sob dois vieses: o primeiro se refere àquelas perspectivas que buscaram na categoria trabalho uma referência sociológica, ou de criticidade à sociedade capitalista, colocando-o como objeto de estudo da própria análise geográfica. Buscaram se efetivar como uma perspectiva

disciplinar, instituída no cenário científico e acadêmico, contribuindo com a análise territorial da contradição capital versus trabalho. O segundo, se refere àquelas perspectivas que tomam o trabalho como temática de pesquisas, menos formais e mais restrita à empiricidade do trabalho no espaço, estando relacionados às condições de sobrevivência da classe trabalhadora na cidade e no campo e às formas concretas das relações e exploração do trabalho.

Andrade (1987, p. 18) salienta que, a ciência geográfica tem por objetivo “estudar as relações entre a sociedade e a natureza e analisar a forma como a sociedade atua sobre a natureza”, a fim de entender como, o trabalho transforma o espaço geográfico e produz relações políticas, econômicas e sociais diversas, que implicam modos de vida e de sociedade diferentes. Logo, para a geografia, a análise da categoria trabalho tem relevância científica, política, social e pedagógica para a compreensão das transformações no modo de produção e de suas extensões como geradoras de políticas econômicas, que influenciam o modo de vida e as relações sociais do trabalhador, com o mundo do trabalho. Como enfatizado por Santana e Mendonça (2009) compreender o trabalho como categoria de análise na Geografia retrata um esforço voltado não para se reforçar as dicotomias e a fragmentação existente nas diversas áreas do conhecimento científico, mas sim de nos aproximarmos de uma abordagem interdisciplinar.

Esse modo de compreensão do trabalho, como produtor e transformador do espaço geográfico, está ligado ao movimento de renovação do pensamento geográfico, iniciado a partir da segunda metade do século XX. Esse movimento marca momentos importantes que possibilitaram mudanças teórico-metodológicas no âmbito da geografia positivista tradicional para o pensamento crítico, quando o trabalho, na abordagem geográfica ganha notoriedade. Segundo Corrêa (1982 *apud* Botelho, 2015 p. 123), o “período de 1956-1965 marca uma fase de transição da geografia brasileira de caráter humanista, vidaliana para uma geografia de cunho mais econômico, voltada mais para o planejamento.” Na década de 1970, as discussões que nortearam os encontros e os congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) tiveram papel importante na elaboração de críticas à geografia tradicional, ao mesmo tempo, que divulgavam a abordagem crítica que se iniciava na Geografia brasileira (BOTELHO, 2015).

De fato, das décadas de 1970/1980 foi um período de transformação no pensamento geográfico, em todos os campos abordados pela geografia, sobretudo no âmbito da pesquisa científica e acadêmica. As inovações nesse campo eram partilhadas por meio de publicações em revistas e periódicos físicos, de circulação nacional. As mudanças que ocorriam no âmbito do ensino superior chegavam mais tardiamente no ensino de 1.º e 2.º Graus, por meio dos livros didáticos, principalmente. Havia certa resistência, por parte dos professores, em adotar os novos conteúdos geográficos no ensino de 1.º e 2.º Graus, sobretudo, aqueles relacionados a questões da sociedade, preferindo aqueles conteúdos que tinham a geografia física como arcabouço. As mudanças gerais

nos conteúdos geográficos, no ensino de 1.º e 2.º Graus, atual ensino fundamental e médio, só seriam universalizadas no final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990, com a reforma da educação, implantada pela Lei n.º 9.394/96.

A reflexão geográfica da sociedade, realizada com base na categoria trabalho, no atual ensino fundamental e médio, precisa ultrapassar o sentido de historicidade dos sistemas de produção da economia, da concentração geográfica e avançar para uma compreensão mais sociológica. Nesse sentido, torna-se importante compreender o conceito de classe social e de luta de classes, por exemplo, tendo em vista que, a compreensão desses conceitos, enquanto forma de expressão e reivindicação social legítima da classe trabalhadora remete o estudante, a compreensão de questões intrínsecas ao mundo do trabalho.

ESTRUTURA DIDÁTICA DA UNIDADE TEMÁTICA MUNDO DO TRABALHO, NO ENSINO ESCOLAR DA GEOGRAFIA

A geografia na educação básica, comumente chamada de geografia escolar, contempla diferentes dimensões geográficas, históricas, políticas, sociais e pedagógicas que colaboram para a formação crítica do estudante em relação a sociedade e em relação à sua trajetória como cidadão. O ensino da geografia que, nas salas de aula se realiza conforme os objetivos da educação, ao ser dinamizado pela prática docente cria as condições necessárias para que, os estudantes compreendam que, as políticas, a economia e o meio ambiente, entre outras, são dimensões da sociedade que, ao serem criticamente observadas permitem a elaboração de diferentes leituras da realidade.

Essa importância que o ensino da geografia tem, para a formação da cidadania contribui para que, o educando reconheça o seu papel no processo de transformação social e, se reconheça como partícipe da sociedade.

Callai (2010) argumenta que,

assim como a ciência geográfica tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade, enquanto a matéria de ensino cria as condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultado da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da própria sociedade demarcada em seus espaços e tempos (CALLAI, 2010, p. 17).

Desse modo é preciso ir além da compreensão do espaço geográfico visto apenas, como espaço de concentração industrial, comercial, populacional, como elementos de ocupação da base geográfica do território; compreender que, entre outras, essas formas de ocupação são elementos-chaves da estruturação dos espaços de funcionamento do modo de produção, espaços geográficos territoriais heterogêneos, dentro dos quais, modos de produção, serviços e sindicatos convivem e tecem suas relações sociais e de poder; são,

na verdade, espaços de vivificação do trabalho. Nesses espaços o trabalho ganha vida seja pela oferta de vagas de emprego, pelas exigências para o preenchimento das vagas nos postos e funções do trabalho, pelas formas contratuais diversas, pelos processos de terceirização, informalidade, desemprego, precarização do ambiente e do trabalho seja pelas relações sociais que esses processos desencadeiam.

Esta perspectiva, de vivificação do trabalho aponta que essa categoria não se refere apenas à realização de tarefas em si, mas o apresenta como um campo de grande amplitude e de dimensões universais que atualmente é denominado de mundo do trabalho.

Fígaro (2008, p. 92) entende o Mundo do Trabalho como um

conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana do trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade.

Com base nessa definição é possível entender que, o mundo do trabalho se configura numa diversidade de fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais, ecológicos e culturais interconexos que compõem todo o conjunto de atividades econômicas e as funções sociais relacionadas aos setores produtivos primário, secundário e terciário contemplando as dimensões filosóficas, políticas, sociais e históricas relacionadas ao mundo do trabalho.

No âmbito do ensino escolar da geografia, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta os objetivos e as finalidades da Educação Básica, contidas na LDB, Lei n.º 9.394/96, a organização didática dessa disciplina no ensino fundamental, compreende cinco unidades temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Mundo do Trabalho, Formas de representação e pensamento espacial e, Natureza, ambientes e qualidade de vida.

A unidade temática Mundo do Trabalho, assim como as demais unidades, compreende diferentes objetos do conhecimento, competências e habilidades, distribuídos nos dois seguimentos (anos iniciais e anos finais) do ensino fundamental. Nessa unidade é possível identificar três eixos de ação didática: o eixo geográfico, o eixo modo de produção e, o eixo sociológico. O eixo geográfico compreende a concentração dos sistemas de produção, as redes, produção do espaço, entre outros; no eixo modo de produção estão inclusos o setor produtivo em si, a ciência, a tecnologia, a técnica e, os sistemas de emprego, e no eixo sociológico, as relações sociais de trabalho e as relações sujeito/trabalho, inclusos na estrutura organizacional e didática do ensino escolar da geografia.

No Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o mundo do trabalho aborda

os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos. São igualmente abordadas as características das inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas nos setores da economia e os processos produtivos agroindustriais, expressos em distintas cadeias produtivas (BRASIL, 2017 p. 363).

Nos Anos Finais são incorporados os processos de

produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científico-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 363).

No ensino médio, diferentemente do ensino fundamental, o ensino da Geografia segue as orientações da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da qual é integrante. O objetivo dessa área do conhecimento é “tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho” (BRASIL, 2017, p. 517).

No ensino médio, a categoria trabalho trata das mudanças comportamentais do mundo do trabalho, as relações sociais, o empreendedorismo, além das diferentes dimensões filosóficas, como perspectivas de análise. Destaca a relação dos sujeitos com o trabalho, sobretudo, nas questões que envolvem

as transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. [...] o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BRASIL, 2017 p. 570).

Dessa forma, a categoria trabalho, no Ensino Médio,

comporta diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de alienação. Ainda é possível falar de trabalho como categoria pensada por diferentes autores: trabalho como valor (Karl Marx); como racionalidade capitalista (Max Weber); ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social (Émile Durkheim). Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais (BRASIL, 2017 p. 560).

Sugere-se considerar a prática de problematizar, discutir e refletir a respeito da importância do trabalho ontológico, como elemento central para o desenvolvimento das capacidades humanas de produção e reprodução da própria existência humana, como elemento estruturante da sociedade e da individualidade de cada cidadão; como elemento de análise geográfica, para a compreensão do contexto político, econômico e social e, para a formação do conhecimento crítico dos estudantes, em relação as transformações no mundo do trabalho.

Nessa direção é importante considerar que, para ensinar e para aprender geografia é necessária a utilização de diversos recursos, como o livro didático, os mapas, recursos tecnológicos, midiáticos e informacionais como facilitadores do ensino e da aprendizagem. Considerar o livro didático como um recurso de ensino, de fundamental importância para a formação social, crítica e geográfica dos estudantes, uma vez que, esse recurso de ensino, de acesso livre aos estudantes exerce uma função mediadora entre o conhecimento, o aluno e o professor, auxiliando-os na construção de seus itinerários formativos e didáticos.

REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO ESCOLAR DA GEOGRAFIA

A política nacional do livro didático teve início no Brasil, em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Seu objetivo era suprir a carência do livro didático nos estabelecimentos de ensino do país, proteger os valores nacionais e resguardar a segurança nacional. Nos sucessivos governos, essa política vem mantendo a distribuição do livro didático em todas as escolas públicas do país, de modo que, a utilização massiva do livro didático tem motivado análise e avaliação dessas obras didáticas, em contextos e abordagens diferentes. De modo geral, esses estudos se dedicam a analisar e avaliar o livro didático sob dois aspectos: se a obra atende as necessidades do ensino aprendizagem, e a identificação de funções ideológicas, presentes na obra analisada. Buscam, desse modo, contribuir para a implementação de mudanças qualitativas ou políticas no modo de produção, escolha e seleção das obras.

Muitos estudos têm demonstrado que a função do livro didático vai além da função do ensino e da aprendizagem dos conteúdos podendo conter outras funções que não se apresentam de forma nítida, mas diluídas nas disciplinas e nos seus conteúdos apresentando, no contexto, um elevado potencial diretivo no processo de ensino aprendizagem.

Choppin (2004 *apud* Botelho, 2015) destaca que, o livro didático apresenta quatro funções essenciais: a função referencial, a função instrumental, a função ideológica e cultural, e a função documental. A função referencial está relacionada aos conteúdos e às metodologias; a função ideológica e cultural aos valores culturais e morais da classe dominante, postos implicitamente como conteúdos de ensino; a função documental seria representada pelos textos verbal e não verbal.

De nossa parte, acreditamos que o livro didático pode conter outras funções relacionadas às identificadas por Choppin, entre elas, a função pedagógica. O objetivo principal dessa função é facilitar ao aluno a aquisição do conhecimento mediado pelo professor e pelo livro didático. É, pois, pela função pedagógica que, as ações didáticas são organizadas e as demais funções se desenvolvem devendo, por isso, ser observada com maior atenção.

Nessa perspectiva é importante ter claro que, o livro didático não é somente um recurso de ensino que, como enfatiza Dias (2021, p. 392) permite “aos docentes a oportunidade de utilizá-lo nas aulas, na realização de atividades em classe, em discussões de determinados conteúdos e ainda como fonte de pesquisa pelos alunos”, mas, um instrumento político e ideológico, ajustável às políticas educacionais, uma mercadoria que movimenta uma vasta cadeia produtiva, gera milhares de empregos diretos e indiretos. A luta pelo controle do mercado editorial gera relações de poder político em diferentes escalas sociais.

A análise desse recurso de ensino tem sido realizada, principalmente, do ponto de vista da eficácia e da qualidade da obra, isto é, se a obra atende as necessidades do ensino aprendizagem, se as informações estão atualizadas, entre outras, como as funções nele presentes. Essa perspectiva de análise, geralmente incide na utilização de critérios de seleção e de adoção do livro didático. No âmbito escolar, a responsabilidade pela seleção e adoção do livro didático, tem sido atribuída ao professor, cuja competência, com base no conhecimento e no domínio da disciplina que leciona, possibilita-lhe selecionar um livro didático que tenha maior proximidade com o referencial curricular. De certo modo, ao selecionar e adotar uma obra didática, o professor valida e acredita essa obra no âmbito escolar e no âmbito da Política Nacional do Livro.

Muitos autores têm apontado critérios para auxiliar professores na seleção de obras didáticas de geografia. Conforme Castrogiovanni e Goulart (1999), a adoção do livro didático de geografia (LDG), precisa estar respaldada em parâmetros como a fidedignidade das informações, correta representação geográfica, uma abordagem que valorize a realidade e que enfoque o espaço como totalidade.

Para Ferrari e Silva (2016, p. 8),

os critérios atuais de escolha do LDG, pelos professores levam em consideração o referencial curricular, que é o principal item destacado, por orientar os conteúdos do trabalho docente; o texto visual, dentre ele, as imagens, gráficos, mapas, infográficos, que chama a atenção dos alunos, estimulando suas percepções para análises das paisagens, principalmente por meio da visão; o texto escrito, adentrando a linguagem mais simples e de fácil compreensão, pois propicia autonomia para que o estudante compreenda conceitos e atividades, podendo resolvê-los sozinho; e os próprios conceitos, que sejam coniventes com o entendimento do professor, mas também com a ciência geográfica.

Além desses critérios, destacados por Ferrari e Silva (2016), para a seleção e escolha do LDG, o professor, deve considerar ainda a influência da tecnologia para o ensino da geografia, como enfatizam Costa e Oliveira (2022, p. 7), para quem, “as ferramentas tecnológicas servem para tornar o ensino mais significativo, pois o professor possui mais alternativas para que os alunos abstraíam o conhecimento teórico apresentado pelo docente.”

Destarte, destaca-se ainda a importância de considerar a prática da discussão e da reflexão, como critérios de seleção do LDG. Nesse particular, se a obras apresentam grandes temáticas de relevância social, como o modo de produção, a revolução científica, tecnológica e informacional, as relações de trabalho, entre outras, que estimulam a formação do pensamento crítico do estudante, em relação ao mundo do trabalho. Dessa forma, concorda-se com Prado e Carneiro (2017, p. 984) que, argumentam que, o livro didático de geografia deve possibilitar

o desenvolvimento consciente dos sujeitos-alunos quanto às práticas sociais na configuração das espacialidades geográficas locais e globais, favorecendo-os a compreensão crítica de espaço, frente ao atual processo de globalização socioeconômica e cultural.

Dada a importância alcançada pelo livro didático, espera-se que, a partir da observância de critérios de seleção e escolha apontados, o livro didático de geografia adotado nos estabelecimentos de ensino promova a aquisição do conhecimento, de saberes geográficos e sociais, o desenvolvimento de competências e habilidades geográficas significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é contribuir para motivar reflexões a respeito da categoria trabalho, como objeto do conhecimento, na disciplina escolar da geografia. Nesse sentido buscou identificar a estrutura dessa categoria na organização curricular dessa disciplina, focalizar a importância do livro didático para fomentar reflexões sobre a temática trabalho e apontar alguns critérios utilizados no processo de seleção e adoção do livro didático de geografia.

O Trabalho, como categoria de análise, para explicar as relações sociais que se desenvolvem no contexto do mundo do trabalho está relacionada ao surgimento das teorias sociológicas, no século XIX, principalmente a partir de pensadores como Karl Mar, Émile Durkheim e Max Weber, os quais procuraram explicar as relações sociais do trabalho, no contexto do desenvolvimento do capitalismo. No âmbito da geografia, deu-se no início do século XX, com os trabalhos de Camille Valaux, Renée Rochefort e, Pierre George. Mas foi a partir de Pierre George que essa categoria ganhou maior destaque, sobretudo, no contexto do movimento de renovação do pensamento geográfico positivista tradicional para o pensamento geográfico crítico.

No ensino escolar da geografia, a categoria trabalho se insere, como uma unidade temática denominada Mundo do Trabalho. Essa unidade envolve as atividades produtivas, as funções econômicas e sociais que integram os setores produtivos primário, secundário e terciário, além de contemplar as dimensões históricas, políticas, sociais e filosóficas relacionadas ao mundo do trabalho, conforme cada segmento do ensino escolar.

A estrutura didática da disciplina geografia, no ensino fundamental, compreende cinco unidades temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Mundo do Trabalho, Formas de representação e pensamento espacial e, Natureza, ambientes e qualidade de vida. Cada unidade temática se expressa em objetos do conhecimento e habilidades.

A geografia no ensino médio integra a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa área está organizada nas categorias Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Na geografia, a categoria Trabalho, busca enfatizar a relação dos sujeitos com o trabalho, sobretudo, nas questões que envolvem as transformações sociais, as relações sociais de trabalho e o empreendedorismo, como forma atender as individualidades sociais dos alunos.

A importância do LDG em sala de aula se deve a sua utilização enquanto recurso didático disponibilizado, pela escola, para alunos e professores. Na seleção e escolha do LDG, conforme a literatura consultada, os elementos orientadores mais destacados são os conceitos, os conteúdos, a linguagem visual (imagens, gráficos, mapas, infográficos) e o texto escrito, que deve conter uma linguagem mais simples e de fácil compreensão.

Além desses critérios, espera-se que, a obra didática adotada também ofereça aos estudantes, possibilidades de discussão e reflexão de temas relacionados ao mundo do trabalho, a fim de contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades geográficas, que permita aos estudantes realizarem diferentes leituras da realidade social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Geografia ciência da sociedade**: uma introdução a análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BRASIL. **Resolução n. 2**, de 22 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Seção 1 Brasília, DF.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: a educação é a base. 2017 https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Seção 1 Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 20.158 de 30/06/1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providências. Disponível: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=29171>
Acesso: 05/02/2025

BOTELHO, J.M.L. **Ensino de geografia, formação de competências e habilidades para o trabalho**. Porto Velho: Temática, 2019.

BOTELHO, J.M.L. Geografia, formação de competências e habilidades para o trabalho: um estudo a partir da LDB e de outros documentos oficiais para o ensino médio. Assunção, 2015. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade de Integração das Américas.

CALLAI, H. C. A Geografia Ensinada: os desafios de uma Educação Geográfica. In: MORAES, Eliana Marta Barbosa de, MORAES; Loçandra Borges de. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEC, 2010.

CASTILHO, C. J. M. Primeiros apontamentos a uma geografia do trabalho. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, no 1, jan/abr. 2008 p.65-87

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, E. C.; SCHÄFFER, N. O. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2. ed. Editora da Universidade UFRS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1999.

COSTA, K. S; OLIVEIRA, A. B. Novas Tecnologias e suas Aplicações no Ensino de Geografia: Desafios e Perspectivas. In: **Anais, Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidades**. Aracaju, Brasil (set/2022). Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18943/2/NovasTecnologiasAplicacoesEnsinoGeografia.pdf> Acesso: 8 de maio/2024

DIAS, A. S. O uso do livro didático como principal ferramenta no ensino de geografia da educação de jovens e adultos – EJA. **Revista de Geografia** (Recife) V. 38, N.º 1, 2021.

DUGUÉ, Elisabeth. A lógica da competência: o retorno do passado. In: TOMASI, Antonio. (org.). **Da qualificação à competência: pensando o Século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FERRARI, B. R.; SILVA, F. R. As mudanças nos livros didáticos de geografia a partir da percepção dos professores ativos: como é a sua escolha e o que priorizam? In: **VI Seminário Internacional AMÉRICA PLATINA (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande, 2016.

FÍGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

MENEZES, S. Geografia e trabalho; teoria e método. **GEOPAUTA**, vol. 4, núm. 4, pp. 157-167, 2020

PRADO, C. J. B.; CARNEIRO, S. M. M. Livro Didático de Geografia: estudo da linguagem cartográfica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 981-1000, jul./set. 2017.

ROCHE, Janine. A dialética qualificação-competencia: estado da quastão. In: TOMASI, Antonio. (org.). **Da qualificação à competência: pensando o Século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SANTANA, A. T.; MENDONÇA, M. R. Geografia e trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada** – vol. 10 n.2, 2 dezembro/2009 Disponível: https://www.researchgate.net/publication/265804610_mundo_do_trabalho_geografia_e_trabalho_uma_leitura_a_partir_das_transformacoes_territoriais Acesso: 15 de fevereiro de 2025